



JUN-03

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 27 de junho de 2019.

ORIENTAÇÕES PARA O ATO DE 12 DE JULHO

Após reunião das Centrais Sindicais com parlamentares, ocorrida no dia 25 de junho, foi divulgado, inclusive na grande imprensa, que o Centrão não votará a Reforma da Previdência nesse semestre. A FASUBRA Sindical também se reuniu com a minoria, ou seja, parlamentares de oposição na Câmara, que confirmou este informe. Ainda assim, as Centrais indicaram que comporão as mobilizações convocadas para o dia 12 de julho.

Neste dia, estudantes farão um ato em Brasília, cuja temática é “Educação, Emprego e Aposentadoria” e é parte da programação do CONUNE, que acontecerá entre os dias 10 a 14 de julho.

Diante disso, outras entidades da Educação convocaram suas bases para atividades na capital federal a fim de comporem o ato já convocado pelos estudantes. O Andes Sindicato Nacional realizará o CONAD na mesma data e o Sinasefe uma Plenária.

A FASUBRA Sindical, por ter realizado a menos de um mês uma Plenária Estatutária, não terá condições de convocar novamente as entidades de base a virem a Brasília em tão curto tempo.

Sendo assim, a Direção Nacional da FASUBRA orienta para o dia 12 de julho:

- Participação e apoio na organização do ato pelo plantão da DN;
- Convocação das entidades próximas a Brasília;
- Compor atos nos estados convocados pelas Centrais, onde houver.

Apostamos ainda que para agosto teremos que estar bastante mobilizados contra a Reforma da Previdência, momento em que, oportunamente, convocaremos grandes atos com a participação de todas e todos em Brasília.

ATIVIDADES DO PLANTÃO DURANTE A SEMANA (24 A 28 DE JUNHO)

Na terça-feira, dia 25 de junho, o Plantão da FASUBRA participou de mais uma reunião da Frente Parlamentar Mista Em Defesa da Previdência Social. Num primeiro momento a Professora da UFRJ Denise Gentil fez uma apresentação sobre a PEC 06/2019 e suas inconsistências, chamou a atenção para o cheque em branco que a sociedade vai dar ao Governo com a desconstitucionalização, sem saber o que isso vai impactar na sua vida futura, também alertou



para os parâmetros usados para fazer a Reforma e modelo de projeção de dados usados pelo Governo que estão incompletos, mascarando os resultados. Na reunião foi aprovado por unanimidade uma Nota Pública da Frente (em anexo), repudiando o parecer do Relator Samuel Moreira – PSDB, por manter regras que penalizam o trabalhador sem contribuir para solucionar os problemas, porque não cria mecanismos de penalização para os sonegadores.

O plantão da Direção Nacional da FASUBRA esteve presente também no 16º Seminário LGBTI+ do Congresso Nacional, que aconteceu nos dias 24 e 25/06. A temática deste foi “Memória, Verdade e Justiça: 50 anos de luta LGBTI+” e contou com a participação de diversos parlamentares e ativistas de todo o Brasil durante os dois dias, mostrando toda a diversidade dentro da Câmara dos Deputados.

As centrais sindicais reunidas com as lideranças da Minoria e do Centrão, nessa terça-feira (25), na Câmara dos Deputados, se posicionaram contra o relatório do deputado federal Samuel Moreira (PSDB/SP), em virtude da manutenção de pontos no texto proposto pelo governo Bolsonaro, como: a exigência da idade mínima, o aumento no tempo de contribuição, a redução no cálculo dos benefícios e no pagamento do PIS, entre outros. Em função disso, as centrais sindicais se reunirão na próxima sexta-feira (28) para realizar um balanço sobre os trabalhos desenvolvidos nesta semana, bem como, publicou nota contrária à Reforma da Previdência proposta pelo governo Bolsonaro, onde indica a continuidade das lutas, com a pressão sobre os diversos partidos e a construção do “Dia Nacional de Mobilização”, em 12 de julho, com atos públicos nos Estados.

O Plantão da FASUBRA acompanhou dia 26/06/2019, no Supremo Tribunal Federal, o julgamento da ADI 2238 que o STF colocou novamente em pauta para julgamento. Esse é mais um ataque a Servidores Públicos das três Esferas (Federal, Estadual e Municipal), pois esse julgamento propõe alteração de diversos artigos da LRF, inclusive o que permite a redução de carga horária com redução salarial. Depois de uma tarde inteira discutindo outras pautas no final da sessão o STF adiou o julgamento para o segundo semestre!

No último dia 26, a Comissão de Educação da Câmara dos Deputados realizou o 5º seminário do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014 a 2024. Apesar de ser um documento norteador contendo 20 metas para a educação brasileira pelos próximos 10 anos, portanto, uma política de Estado, o governo Bolsonaro não enviou seu ministro de estado da Educação e, mesmo na ausência deste, nem o secretário-executivo compareceu. O MEC se limitou a enviar o presidente do INEP que não demonstrou empenho em sensibilizar o governo para a sua execução. Ao contrário, o atual governo propõe revisar as 20 metas para baixo, alegando dificuldades conjunturais. Muitos deputados(as) usaram o microfone para reforçar a implementação do PNE como política de estado e que, portanto, não cabe a revisão como quer o governo uma vez que o



plano foi aprovado por unanimidade dentro do Parlamento. Outro ponto destacado dentro do seminário são os constantes ataques à autonomia universitária com as últimas nomeações para reitores, onde a vontade das comunidades acadêmicas foi fragorosamente desrespeitada pelo atual governo tendo a Unirio o caso mais escandalizador, onde o reitor nomeado sequer participou da consulta acadêmica.

É fundamental que os sindicatos da nossa base realizem seminários locais com o intuito de divulgar as 20 metas e reforçar o PNE como política de estado para futuras pressões políticas pela sua integral implementação.

RELATÓRIO REUNIÃO DO FONASEFE

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA – COM O FONASEFE - Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais.

***Presentes pela Bancada do Governo:* CLEBER FILHO – Diretor do DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES DE TRABALHO NO SERVIÇO PÚBLICO (DERET/SGP) - JOSÉ BORGES DE CARVALHO FILHO, COORDENAÇÃO GERAL DE NEGOCIAÇÃO SINDICAL NO SERVIÇO PÚBLICO (CGNSP/DERET/SGP) E JULIANO RESENDE (DERET)**

***Presentes pela Bancada dos Trabalhadores:* Rogério A. Expedito (Condsef/Fenadsef), Laurizete A. Gusmão (Fenasps), Elcimara Souza (CSP/Conlutas), Fernando Freitas (Fenajufe), Antonio Alves Neto (Fasubra), Pedro Armengol de Souza (CUT), Marco Aurelio (Sinait), Paulo Lino (Sinal), Paulo Reis (Sinasefe) e Apoema Faria (ASFOC)**

A reunião deu início com a apresentação dos itens da pauta de reivindicações e cobrança do governo posicionamento sobre os itens da pauta com ênfase nos itens abaixo:

- 1 - Correção salarial com aplicação do índice de 33% (DIEESE);**
- 2 - Aplicação do valor de, no mínimo, 50% per capita da União para a manutenção dos planos de saúde dos servidores**
- 3 - Instruções Normativas 02, 04 e outras**
- 4 - Retorno dos liberados para mandato classista para folha (ressarcimento)**
- 5- Retirada da insalubridade**
- 6- Relógio de Ponto**
- 7- Carreira**
- 8- Política de Pessoal**
- 9- Desconto Geap**
- 10 - Perícia medica**



Outros pontos que foram elencados: a cobrança da publicação do decreto dos dirigentes liberados com ressarcimento; o excesso de instruções normativas, portarias e medidas provisórias que têm sido publicadas, sem que qualquer diálogo seja promovido com representantes dos servidores; cobrança do acerto na forma de cálculo da regra para incorporação da média dos últimos 5 anos das gratificações não tem considerado em alguns órgãos alguns períodos prejudicando os servidores.

No transcorrer da reunião, foram levantados ainda alguns pontos específicos pelas entidades presentes.

O Sr. Cleber informou que:

1 - No que diz respeito aos reajustes nos salários o governo informou que estão condicionados pela EC95/16 e, neste sentido, não tinham orçamento.

2 - Quanto à per capita estão realizando estudos para apresentarem uma proposta de tabela que aumentará a participação do governo. E o FONASEFE ficou de apresentar documento com estudos justificando a tabela, com base nas normas da ANS apresentada para o governo pelo Fórum.

3 - Quanto ao decreto de liberação dos dirigentes por ressarcimento enviaram para consulta Jurídica e estão aguardando retorno.

4- Quanto às IN, decretos, portarias, etc relacionadas com os servidores reconhecem que são muito restritivas e estão fazendo estudos para proporem alterações, o Fonasefe ficou de apresentar uma proposta para as liberações dos servidores participarem das atividades sindicais.

5 - Quanto às falhas com descontos em folha, ficamos de repassar onde está ocorrendo problemas para serem saneados.

6 - Quanto aos problemas com a falta de médicos para perícia, o governo informou que as pericias são feitas pelo INSS, mas existe dotação orçamentária para contratação de serviços ou peritos pelos órgãos.

7- O governo informou que vem fazendo estudos para unificação das mais de 300 carreiras, e confirmando o que disseram anteriormente não existe nenhuma posição oficial sobre a questão;

8- Sobre a suspensão do Adicional de Insalubridade, o representante do governo José Borges disse que não existe nenhuma orientação do Ministério da Economia, proibindo laudos feitos por profissionais que não são do quadro. As entidades falaram que após as orientações do governo, os representantes dos órgãos, principalmente o Ministério da Saúde, usam esta alegação para suspender a concessão do Adicional de Insalubridade para os servidores cedidos ao SUS que trabalham no combate as endemias, nos Hospitais Federais e setores com ambiente de contaminação biológico. Os representantes informaram que vão verificar junto aos respectivos órgãos e ministério para definir qual solução adotar. Em julho este assunto retorna a pauta dos debates.

Ao final, foi firmado o compromisso de retomar a uma resposta da nossa pauta até o final de julho. A próxima reunião será em julho, sendo que a bancada do governo ficou de verificar agenda e comunicar a data.



JUN-03

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Brasília, 22 de junho de 2019.

Relatório feito por Rogério Antônio Expedito (Condsef/Fenadsef) e Laurizente Gusmão (Fenasps)

CARTA DAS CENTRAIS

Centrais mobilizadas contra a Reforma da Previdência

As Centrais Sindicais, reunidas em Brasília na semana de 24 de junho, deram continuidade à mobilização e à atuação institucional junto ao Congresso Nacional para enfrentar a Reforma da Previdência e da Seguridade Social. Em reuniões com parlamentares de diferentes partidos políticos, reafirmamos nosso posicionamento contrário ao relatório substitutivo do deputado Samuel Moreira.

Renovamos e destacamos a importância de reforçar a atuação junto ao parlamento e parlamentares, visando argumentar e tratar das questões e do conteúdo dessa nefasta reforma.

A unidade de ação foi essencial para o sucesso das iniciativas até aqui coordenadas pelas Centrais Sindicais. Reafirmamos nosso compromisso de investir na continuidade da unidade de ação.

As Centrais Sindicais conclamam as bases sindicais e os trabalhadores a intensificar e a empregar o máximo esforço para atuar junto às bases dos deputados e senadores, nos aeroportos, com material de propaganda, e marcar presença também nas mídias sociais, exercendo pressão contrária à reforma em debate no Congresso Nacional.

Nosso estado de mobilização permanente, que deve ser debatido e confirmado em assembleia nos locais de trabalho, é a resposta para barrar a aprovação do projeto e também evitar que os pontos críticos sejam reintroduzidos no texto.

Declaramos que, em 12 de julho, realizaremos um Dia Nacional de Mobilização, com atos, assembleias e manifestações em todas as cidades e em todos os locais de trabalho, bem como estaremos unidos e reforçando o grande ato que a UNE (União Nacional dos Estudantes) realizará nesta data em Brasília, durante seu Congresso Nacional.

Em 28 de junho, as Centrais Sindicais farão um balanço dos trabalhos da semana, do andamento do processo legislativo na Comissão Especial e dos preparativos para a mobilização de 12 de julho.

Investir na mobilização que cresce com a nossa unidade é reunir forças para convencer e vencer esta luta.



JUN-03

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

NOTA PÚBLICA – FRENTE PARLAMENTAR MISTA EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL



Nota Pública

A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social, integrada por centenas de deputados federais e senadores juntamente com dezenas de entidades representativas de trabalhadores ativos e aposentados da iniciativa privada, do serviço público, além de trabalhadores rurais e movimentos sociais, vem a público repudiar veementemente a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 06/2019, que trata da Reforma da Previdência, juntamente com o parecer apresentado pelo relator da Comissão Especial responsável por analisar a mesma PEC, deputado federal Samuel Moreira (PSDB/SP), apresentado em 16 de junho próximo passado, por manter inúmeras injustiças dirigidas ao conjunto dos trabalhadores, quer da iniciativa privada, do serviço público.

Apesar de terem sido retiradas do texto crueldades concernentes aos trabalhadores rurais e às pessoas de baixa renda, idosas e com deficiência, permanecem regras draconianas e injustas, seguindo a penalização do trabalhador e da trabalhadora brasileira.

O relator mantém parâmetros de idade e renda incompatíveis com a realidade brasileira, inequivocamente muito desigual.

Por outro lado, como sempre a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social defendeu, não há no documento em debate, apresentado pelo relator, nenhuma medida de aperfeiçoamento da gestão da Seguridade Social, ou a eliminação dos incalculáveis ralos por onde se esvaem os recursos das aposentadorias, pensões e outros benefícios, fartamente comprovados pelo relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado Federal sobre o assunto (CPIPrev), presidida pelo senador Paulo Paim (PT/RS) e relatada pelo então senador Hélio José (Pros/DF).

O relatório apresentado na Comissão Especial segue revestido de inconstitucionalidades que atentam contra o Estado do Bem-Estar Social insculpido na Carta Cidadã de 1988.

Pelo exposto, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Previdência Social propugna e defende a total rejeição total da PEC 06/19 e do parecer do relator na Comissão Especial, deputado Samuel Moreira (PSDB/SP).

Brasília (DF), 25 de junho de 2019



JUN-03

Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

CALENDÁRIO

JUNHO

28	DIA INTERNACIONAL DO ORGULHO LGBTI
----	------------------------------------

AGOSTO

13 e 14	MARCHA DAS MARGARIDAS – Brasília/DF
---------	-------------------------------------